

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

<i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.</i>	15
---	-----------

DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007

<i>Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</i>	17
---	-----------

RJU – REGIME JURÍDICO ÚNICO

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	23
--	-----------

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – DIREITOS FUNDAMENTAIS (Excertos)	55
--	-----------

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Excertos)	66
--	-----------

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 (Excertos)

<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	77
--	-----------

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Ementa com redação dada pela Lei 14.230/2021)</i>	81
---	-----------

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	92
--	-----------

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	100
--	------------

DIREITO PENAL

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (*Excertos*)

<i>Código Penal</i>	111
---------------------------	-----

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SEGURIDADE SOCIAL (<i>Excertos</i>)	115
---	------------

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

<i>Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias</i>	123
---	-----

LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982

<i>Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica, e dá outras providências.....</i>	138
---	-----

LEI Nº 7.986, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

<i>Regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências</i>	139
--	-----

LEI Nº 8.059, DE 4 DE JULHO DE 1990

<i>Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes.</i>	140
--	-----

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.....</i>	141
--	-----

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	168
--	-----

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.....</i>	203
---	-----

LEI Nº 9.422, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

<i>Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos dependentes que especifica e dá outras providências.</i>	216
--	-----

LEI Nº 9.425, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

<i>Dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Goiás.....</i>	216
---	-----

LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999

<i>Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.....</i>	217
--	-----

DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999

<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências</i>	219
---	-----

LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002

<i>Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências</i>	341
---	-----

LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. 344

LEI Nº 11.520, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios..... 346

DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. 347

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013

Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS..... 358

DECRETO Nº 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente. 359

DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. 363

LEI Nº 13.985, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC)..... 369

INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário..... 369

LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023

Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo..... 576

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 6, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.022473/2024-61)..... 577

LEI Nº 15.156, DE 1º DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991 580